

## RESUMO

Um sítio arqueológico é, antes de tudo, um lugar praticado (CERTEAU, 2008). Foi um espaço vivido no passado, porém, por vezes, ganha matizes muito dinâmicos no presente. É composto por várias narrativas que se circunscrevem em temporalidades diversas, as quais acabam por compor um palimpsesto que pode contar muitas histórias: histórias das atividades diárias ali desenvolvidas; histórias que se engrandecem sob as venturas das memórias dos mais velhos; histórias que podem se reverter em lemas de lutas atuais. Os dados arqueológicos provenientes da cultura material, falam do cotidiano de tempos atrás, mas na contemporaneidade podem demarcar *locus* de conflito. Na Área Indígena Tremembé de Almofala (Município de Itarema - CE), em processo de demarcação desde 1992, existem vários sítios arqueológicos sobre dunas. Este trabalho pretende analisar como esses sítios arqueológicos são exemplos de coisas que falam no e do passado, sobretudo, no e do presente. Os sítios estão sendo apropriados pelos tremembés de Almofala como mais um elemento fortalecedor da identidade indígena, pois são “a prova dos parentes antigos que moravam por lá”. Também estão sendo utilizados como ferramenta de combate, inclusive através de memórias que são ressignificadas, e dentro das suas dinamicidades, são empregadas no propósito da luta pela terra.

Palavras-chave: Tremembés; arqueologia; memória.

## OS TREMEMBÉS<sup>2</sup>

Durante todo o século XVII grande parte do litoral norte brasileiro, desde a costa leste do Maranhão, passando pelo litoral piauiense até as fronteiras das capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte, foi ocupada pelos tremembés. Inicialmente, eles apareciam nos documentos históricos, como no *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa de 1587, como “índios” chamados genericamente de “tapuias”, ou seja, não falantes da língua tupi. Também foram representados iconograficamente no mapa do cartógrafo português, Albernaz I do ano de 1629, o qual atribuiu aos “Taramembes” a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

<sup>2</sup> Optamos por não utilizar a convenção que grafa os nomes indígenas no singular pelo motivo de tremembé não se tratar da autodenominação destes povos, sendo uma palavra cunhada do português e tupi (BORGES, 2010).

“Província” que ia aproximadamente da região de Jericoacoara-CE para além do rio Parnaíba-PI (BORGES, 2006).

Os tremembés sempre estiveram associados à costa e foram várias vezes referidos como índios pescadores e mergulhadores, chegando a serem descritos como “Peixes Racionais”. Durante o século XVII alguns padres tentaram catequiza-los, sem sucesso. Só foram aldeados no início do século XVIII, no Aldeamento de Nossa Senhora da Conceição de Almofala. Em 1702 deu-se início à construção da primeira igreja de Almofala, feita de taipa e coberta de palha. Em 1712, iniciou-se a construção de uma igreja em alvenaria em estilo barroco, a qual foi totalmente concluída em 1758, a qual existe até hoje, sendo tombada como patrimônio nacional em 1980 (BORGES, 2010).

No ano de 1897 uma duna de areia passou a avançar sobre a igreja e cobriu completamente a igreja e grande parte do povoado de Almofala. Tal acontecimento dispersou os tremembés que viviam ao redor da igreja desde a época do aldeamento. No início dos anos 1940 as dunas se movimentaram novamente, descobrindo a igreja e o povoado. Alguns tremembés contam que desenterraram-na com as próprias mãos e que ao retornarem para seus locais de origem, próximos à igreja, foram acompanhados de posseiros, “os brancos”, que passaram a invadir Almofala. O local do povoado passou a representar um espaço de resistência e de afirmação étnica, pois à medida que o povoado ia sendo descoberto pelas areias, posseiros “brancos” também ocupavam o lugar, disputando, assim, o espaço com os índios (BORGES, 2010).

Desde então, a história dos tremembés está repleta de invasões, inclusive de grandes empresas, como a Ducôco S/A, que a partir de 1978 adquiriu propriedades na região e estendeu seus coqueirais pelas lavouras e quintais dos indígenas. Segundo os tremembés, suas terras foram invadidas por tratores, cercas foram erguidas espremendo-os em locais diminutos, deixando-os sem condições de realizarem atividades agrícolas. O litígio se intensificou e eles lutam até hoje por suas terras.

Hoje o “progresso” chegou a Almofala, empresas agroindustriais, empresas de pesca, beneficiamento de camarão, dentre outras, além de contribuírem para a expropriação das terras indígenas, ainda degradam o meio ambiente, tornando impraticáveis a pequena atividade agrícola e a pesca artesanal praticada pelos tremembés.

As comunidades tremembés na atualidade estão espalhadas por várias localidades nos municípios de Itapipoca, Itarema e Acaraú no estado do Ceará. Apesar do aldeamento de 1712 e de existirem vários documentos de doação das terras aos indígenas, no processo histórico brasileiro de “branqueamento” da população nativa e negação das identidades

indígenas, os tremembés perderam a maior parte dos seus espaços ancestrais. Inclusive desde o decreto do então governador da Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior de 1823, que afirmava que não existiam mais índios na província cearense, a própria identidade indígena lhes é contestada.

Os interesses daqueles que eles chamam de “posseiros” e da Empresa Ducôco S/A, invasores das terras indígenas, fazem contraponto à sua luta pela demarcação dos espaços indígenas. Para somar-se a esta problemática, grandes empreendimentos de implantação de usinas eólicas avançam sobre a costa cearense, ameaçando com mais cercas os minguados espaços indígenas.

As terras dos tremembés estão repletas de sítios arqueológicos sobre dunas, entretanto muitos “concheiros”, como diz o Cacique João Venança<sup>3</sup>, já sumiram debaixo dos tratores, dos pés de coqueiros e do avanço dos posseiros.

A partir de uma experiência didática em 2006<sup>4</sup> (BORGES, 2007) os tremembés passaram a enxergar aqueles lugares não mais apenas como concheiros ou lugar dos antepassados, mas como “sítios mertiológicos” como diz o senhor Estevão Henrique, como “documentos, como provas que eles estavam ali há muito tempo, sim”<sup>5</sup>.

## LUGARES ARQUEOLÓGICOS *VERSUS* ESPAÇOS DO PASSADO

[...] Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 2008, p. 201).

Poderíamos considerar, a partir da concepção de Michel de Certeau, que os sítios arqueológicos são lugares que refletem espaços do passado.

Pela própria característica da teoria e prática arqueológicas, que consideram todos os elementos de um sítio dentro de um contexto, em correlação, ou seja, em

---

<sup>3</sup> Informação oral obtida para elaboração do Projeto de Pesquisa e Extensão: Arqueologia (N)ativa: Patrimônio arqueológico tremembé – com eles, por eles e para eles.

<sup>4</sup> MITS - Magistério Indígena Tremembé Superior (UFC), do qual participamos ministrando a disciplina Antropologia e Arqueologia.

<sup>5</sup> Informação oral fornecida pelo senhor Estevão Henrique, uma das lideranças tremembés da localidade da Tapera, para elaboração do Projeto de Pesquisa e Extensão: Arqueologia (N)ativa: Patrimônio arqueológico tremembé – com eles, por eles e para eles.

“coexistência”, cada elemento, artefato, cada coisa de um sítio arqueológico possui um lugar “próprio”. Cada elemento ganha um número na quadrícula, é definido por uma etiqueta que lhe distingue e passa a fazer parte da configuração de posições do sítio. Mas os elementos de um sítio, assim dispostos e mesmo em suas relações espaciais, são apenas coisas dispostas, se não se procura nelas e a partir delas, as dimensões físicas e simbólicas que elas foram e são, que elas representavam e representam para os homens que ali as deixaram, para os homens que hoje as encontram.

Assim, um sítio arqueológico é um lugar no presente, mas um espaço do passado: um lugar praticado, diria Certeau (2008, p. 202). Nele estão impregnadas as experiências que povoaram o dia-a-dia de homens, mulheres e crianças que não tiveram seus nomes registrados nos anais da história, nem nos livros cartoriais, menos ainda nos documentos oficiais. Os sítios arqueológicos dizem respeito a histórias enterradas, que falam sobre o cotidiano das pessoas. Nos objetos simples dispostos em um sítio estão as maneiras de fazer e de crer, os usos e reusos, por vezes estão as alegrias e as tristezas.

Como observa González-Ruibal (2007, p. 283), partindo de uma abordagem simétrica, pessoas, coisas e animais mantêm múltiplas relações entre si, e essas relações aparecem nos sítios arqueológicos. Então, deve-se pensar que se os sítios arqueológicos são frutos das existências das pessoas, eles são resultado das correlações entre os sujeitos históricos, a natureza, e as coisas.<sup>6</sup>

Sujeitos históricos sempre, pois desde que o homem é homem ele é agente histórico, vive em um tempo e um espaço, portanto sua ação é histórica, em qualquer tempo que esteja.<sup>7</sup>

Assim, a arqueologia, sendo uma ciência que estuda os vestígios dos homens, realiza uma operação que parte do presente para dar significado aos restos do passado: transforma um lugar (sítio estático) em espaço (*locus* das experiências vividas), devolvendo, no seu relato, dinamicidade às coisas, que são os frutos das ações que os sujeitos desenvolveram no tempo.

---

<sup>6</sup> A arqueologia simétrica propõe que as coisas não devem ser estudadas apenas a partir do significado que se dá a elas, mas como coloca Olsen (2007, p. 283, tradução nossa): “[...] as coisas podem ser sociais, inclusive atores [...]”. Dessa forma, a natureza e as coisas também possuem papel de agentes na proposição de uma abordagem simétrica, então quando falamos em correlações estamos propondo uma participação da natureza e das coisas nas histórias dos sujeitos. Para aprofundar esse tema ver Latour (1994).

<sup>7</sup> Rejeitamos a noção de “pré-história”, logo, também, de “pré-histórico”, visto que todos os homens são agentes históricos, em qualquer tempo que estejam (BORGES, 2004). O corte entre a história e a pré-história faz parte de um recurso historiográfico fruto do iluminismo e reproduzido por uma história eurocêntrica que necessita ser questionada, transformada, um dos passos para que sejamos realmente descolonizados.

Na arqueologia se constroem histórias a partir dos fragmentos: escolhendo, esquadrinhando, classificando vestígios para dar a eles existência. Se realiza a tarefa narrativa de dizer que significados tem as coisas e os lugares (BORGES, 2006), como tudo isso se materializa através do agenciamento dos sujeitos. Os sítios arqueológicos, entretanto, não são apenas frutos do passado, e as relações que eles espelham entre as pessoas, as coisas e a natureza não se encerram no tempo que passou. Deve-se ter em conta que toda produção histórica é retroativa, pois é a partir do presente que falamos do passado, sendo assim, os sítios arqueológicos não são apenas lugares do passado, os sítios arqueológicos também são espaços do presente.

## FALANDO *NO* E *DO* PRESENTE

Além das coisas dispostas no espaço, os sítios arqueológicos são compostos de ideias, palavras e histórias. Os sítios arqueológicos são *também* os discursos que os constroem. Discursos oficiais, principalmente patrimoniais, científicos, na sua maioria arqueológicos, discursos das memórias, de poder e de luta.

Poulios (2012, p. 22, tradução nossa) apresenta uma crítica contundente ao discurso oficial sobre patrimônio:

O ponto de vista geral é que os materiais físicos constitutivos dos bens patrimoniais são protegidos da mesma maneira em que se protegeria um recurso não-renovável. Portanto, o objetivo na conservação é a preservação do patrimônio considerado como pertencente ao passado, pela gente do presente e para as gerações futuras. Assim, se cria uma descontinuidade entre o passado e o presente-futuro.

A perspectiva que norteia as ações de conservação, por sua vez, é baseada em valores, a qual, conforme propõe o autor, torna impraticável um consenso entre os diferentes interesses dos grupos envolvidos com determinado patrimônio, em um processo de conservação e manejo: “[...] qualquer decisão que se tome, inevitavelmente, favorecerá a certo grupo de interesse e a certos valores a expensas de outros [...]” (POULIOS, 2012, p. 21, tradução nossa). Uma das consequências mais contundentes de um enfoque baseado em valores é o fortalecimento do papel que assume a autoridade administrativa nos processos gerais de conservação e manejo, que acaba identificando os grupos de interesses envolvidos com determinado bem, prioriza os valores, decide quais grupos e quais valores proteger, e quais grupos devem ou não ser envolvidos no processo.

Assim, a partir dessas concepções patrimoniais, os sítios arqueológicos e os objetos neles dispostos são, na maioria das vezes, aqui no Brasil, encarados apenas como patrimônios da União. Bens que devem ser preservados e preferencialmente intocados, o que implica em uma política preservacionista que gera um distanciamento entre as comunidades que possuem algum tipo de associação com os sítios e o dito “próprio” patrimônio. O patrimônio da Humanidade, da União, dessa forma, não é *bem* de ninguém, já que as comunidades que os cercam são geralmente alienadas dele, não participando de forma efetiva dos processos de decisão acerca da gestão e conservação.

Em relação ao discurso científico, vemos, como ressalta Bezerra (2013, p. 111), “arqueologias contemporâneas” que têm se mostrado mais sensíveis à presença dos homens do presente nesses lugares do passado. Contudo, se essas arqueologias têm demonstrado preocupação com a crítica à prática arqueológica no que se refere ao papel desempenhado pelas das comunidades atuais junto aos trabalhos arqueológicos, no que tange ao manejo de seus bens, falta contemplar o “imbricamento entre as pessoas e as coisas” e nesse “imbricamento” falta reconhecer os diferentes modos de se relacionar com o passado (BEZERRA, 2013), inclusive com esse passado que é possível tocar...

O discurso e a prática arqueológica, assim, ainda são destoantes. Em grande parte pela forte assimetria entre o papel dos discursos científicos e aquilo que se chamou de “senso comum”, que aparece ainda como patrimônio imaterial, e não como saber legítimo que deve ser contemplado nos estudos arqueológicos; também porque os discursos das arqueologias públicas, comunitárias, indígenas e colaborativas ainda não alcançaram força diante do quadro conjuntural brasileiro que impõe o exercício da arqueologia preventiva, eufemismo para contrato; devido a própria concepção de patrimônio que delega à arqueologia o papel de execução das instâncias de poder, das instituições que regulam o patrimônio arqueológico não permitindo às pessoas “leigas” a apropriação de seus bens culturais; dentre outros tantos pontos, em virtude da própria concepção de um passado arqueológico distante (pré-histórico) e separado do presente, portanto como algo que não possui continuidade, alijando, assim, as comunidades das elaborações que fazem das suas histórias e memórias frente às coisas arqueológicas.

Fazendo contraponto a esses discursos patrimoniais e arqueológicos, que mantêm um falso compromisso que diz que as coisas e os espaços do passado falam por si sobre esse passado acabado, morto e enterrado, temos os discursos das memórias, que se

caracterizam pelas reelaborações, pela dinamicidade própria das interpretações que falam a partir do hoje.

Tais discursos são muitas vezes encobertos pelas areias de um tempo de dominação. Lembra o senhor Estevão Henrique: “o sangue deu no meio da canela” (BORGES, 2006, p. 125), por vezes as memórias calaram, frente ao medo imposto pelo dominador. Mas também como diz o senhor Estevão “[...] a nossa origem vivia enterrada [...] Aí nos levantemo [...] o que tava enterrado nós arranquemo [...]” (BORGES, 2006, p. 124-5), numa clara menção à recuperação da identidade indígena e de tudo que remete à ela, inclusive suas memórias, histórias e coisas do passado.

Com as memórias “descobertas”, da mesma maneira que são descobertos os sítios arqueológicos existentes nas dunas que compõem as praias da Tapera, os tremembés tratam de reelaborar os significados dos lugares dos antepassados.

Assim, os discursos da memória falam dos lugares dos mais velhos, dos restos de taperas dos antigos, que são lidos como os espaços onde eles praticavam suas atividades domésticas, onde comiam, por isso os búzios (conchas de variados tipos de moluscos) que enchem as dunas de suas praias, onde assavam o alimento nas panelas, por isso estão ali os “cacos de pote” e as “tremes de fogueiras” com as pedras queimadas.

Esses discursos do presente são o *saber-dizer* de um *saber-fazer*, ou seja, a partir do profundo conhecimento em relação ao meio, é possível construir narrativas sobre as práticas que fizeram o espaço do passado. Tais narrativas por possuírem uma profunda cumplicidade com as coisas das quais falam, não precisam dos cortes que a ciência realiza para falar de seus objetos. São narrativas que dizem que os lugares das “taperas velhas” são algo mais do que apenas “pedras” e “cacos espalhados”, pois se confundem com os objetos, os recriam sem timidez e, neste recriar, as histórias lhes dão vida, reacendendo as chamas das fogueiras que estavam apagadas, fazendo dos monturos as cozinhas, das machadinhas partidas as lâminas certas, das cerâmicas quebradas as vasilhas inteiras (BORGES, 2006).

No presente, homens e mulheres interpretam os lugares do passado e constroem, a partir dele, os espaços ancestrais. Assim, os sítios arqueológicos ganham dinamicidade no presente. Mas essa dinamicidade não para por aí. As reelaborações também convertem os espaços dos passados em lugares do presente, para a luta.

*Figura 1: Seu Estevão Henrique e seus netos na sua casa na Tapera (CE)*



*Fonte: Borges (2006)*

## LUGARES DE LUTA

Sobre as areias da localidade de Itarema (Ceará) repousam fragmentos cerâmicos, pedaços de antigas garrafas em grés, alguns instrumentos líticos e muitas conchas de moluscos. No dizer local, são cacos de panelas, botelhas e búzios, que fazem parte dos sítios arqueológicos que se estendem sobre o litoral do Ceará, Piauí e Maranhão.

As terras tremembés estão repletas de sítios arqueológicos que atestam sua ocupação primeva naquele espaço. Conscientes disso, e de como as áreas arqueológicas podem ser protegidas e assim resguardadas de mais invasões e espoliação, os tremembés estão retrabalhando o significado desses espaços.

Deve-se levar em conta que se trata de uma comunidade que está em processo de luta, não apenas pelas suas terras, mas também pelo reconhecimento público de sua identidade indígena. Algumas vitórias foram alcançadas, como a implementação das Escolas Diferenciadas Indígenas, nas quais são ensinados às crianças tremembés não apenas os conteúdos comuns, exigidos em todas as escolas de ensino fundamental e médio do país, mas também são incluídos conteúdos que tratam da cultura tremembé, da própria história, artes, etc. Outra importante vitória foi a realização do MITS – Magistério Indígena Tremembé Superior que teve seu início em 2006 e no ano de 2013 houve a



formação da primeira turma de professores indígenas, com diploma expedido pela Universidade Federal do Ceará. Vale ressaltar que apesar de o Curso ter sido incorporado à UFC através do PROLIND (Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas), foi uma realização do povo tremembé, de sua articulação e agenciamento, no sentido de participar desde a construção do projeto inicial do curso, inclusive com a escolha das disciplinas que deveriam compor o currículo especial, até sua concretização.

Os tremembés, que vem há alguns anos em permanente processo de conflito, encontraram na educação uma das suas principais armas. Ao analisarem a própria história, através das disciplinas ministradas no MITS, não realizaram uma interpretação nostálgica ou pessimista, no sentido das perdas que sofreram durante os anos. Ao contrário, eles partiram para incorporar questões pragmáticas e procuraram construir uma história que também lhes servisse à luta pela terra. No MITS também tiveram contato com a arqueologia e foram incitados a pensar sobre os sítios arqueológicos existentes em seus territórios. Concluíram que o patrimônio arqueológico era um instrumento a mais, que para aqueles que questionavam sua identidade indígena e seu direito à terra, os sítios arqueológicos são a prova material de que seus antepassados estavam ali presentes, portanto precisam ser preservados (BORGES, 2007).

Os sítios “mertiológicos” passaram a significar, assim, a “prova” de que eles estão ali há centenas de anos, diz com lucidez o senhor Estevão Henrique<sup>8</sup>, e apesar de alguns desses espaços representarem lugares especiais, onde eles realizam contato com seus encantados e com os parentes mortos, lugares que podem ser considerados como sagrados<sup>9</sup>, os tremembés não titubeiam em explorá-los de forma pragmática.

Nesse uso pragmático, os tremembés<sup>10</sup> nos solicitaram apoio no sentido de cadastrar, estudar e ajudar a proteger os sítios arqueológicos localizados em seus

---

<sup>8</sup> Informação oral obtida para elaboração do Projeto de Pesquisa e Extensão: Arqueologia (N)ativa: Patrimônio arqueológico tremembé – com eles, por eles e para eles.

<sup>9</sup> Um dos sítios tremembés é objeto de dissertação de mestrado de Francisca Regina Passos (PPGARq/UFPI). Esse sítio foi visitado por alguns professores tremembés para conhecimento e para ser utilizado nas escolas indígenas como exemplo, nas aulas dos professores. Durante a visita os tremembés relatam que houve várias “incorporações”, que muitos desmaiaram, viram parentes mortos, entraram em contato com os encantados e alguns tiveram, inclusive, problemas para “recobrar os sentidos”. Conforme nos informou o senhor Estevão Henrique, isso teria acontecido por não ter havido respeito ao local, assim como o preparo espiritual necessário.

<sup>10</sup> Tratam-se principalmente de algumas jovens lideranças indígenas (professores do MITS), o próprio Cacique, senhor Estevão Henrique (liderança da Tapera) e de alguns professores tremembés.

territórios e nas áreas em litígio. Além da questão prática de proteção ao seu patrimônio, para inviabilizar mais espoliação de suas terras, com o avanço dos posseiros, além de impedir a instalação de empreendimentos eólicos, interessa também a eles a realização de pesquisas que lhes forneçam mais informações sobre o seu passado, que pode se caracterizar como mais um instrumento no fortalecimento de sua identidade indígena e luta pela terra. Assim iniciamos o projeto Arqueologia (N)ativa: Patrimônio arqueológico tremembé – com eles, por eles e para eles cujo objetivo principal é realizar estudos arqueológicos na Área Tremembé de Almofala com a participação ativa da comunidade indígena, partindo de suas demandas, pretendendo alcançar o maior nível de envolvimento possível da comunidade.<sup>11</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*. N. 7, julho 2013, p. 107-122, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, 2013.

BORGES, Jóina Freitas. Documentos, cacos cerâmicos e fragmentos de memória: os Tremembés descalços sobre mosaicos de suas histórias. In: *Simpósio Nacional de História*, 24, 2007, São Leopoldo, RS (Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - CD-ROM).

\_\_\_\_\_. *Os Senhores das dunas e os adventícios d'além-mar: Primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia tremembé na Costa Leste-Oeste – séculos XVI e XVII*. Niterói: UFF ( Tese de doutorado digitada).

\_\_\_\_\_. *Sob os Areais: Arqueologia, História e Memória*. 2006. Teresina : UFPI, 2006 (Dissertação de mestrado digitada).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

---

<sup>11</sup> Conforme propõem Thomas e Middleton (2003 apud FERRARO et al., 2012: 8-9), pode-se elencar cinco níveis de envolvimento das comunidades em relação à gestão, de uma forma geral, do patrimônio: *Nível de - Informar* (quando a comunidade recebe apenas informações sobre determinados projetos sem lhe serem dadas oportunidades de modificações); *Consultar* (são escutadas as opiniões da comunidade, mas não significa que tais opiniões vão ser incorporadas aos projetos); *Decidir em conjunto* (a comunidade é convidada a aprender, discutir e tomar parte nas decisões); *Atuar em conjunto* (a comunidade participa desde o início dos projetos com a responsabilidade de implementar as decisões tomadas); *Apoiar o interesse de comunidades independentes* (quando as próprias comunidades elaboram os próprios projetos e os implementam, é o mais alto nível de participação).

ENDERE, María Luz. “Arqueología, política y globalización: ¿quién se ocupa del patrimonio arqueológico?”. *Cuadernos FHyCS-UNJu*, n. 18, p. 69-76, 2002. (Buenos Aires).

FERRARO, Lorena, et al. (org.). Notas Introdutorias. In: \_\_\_\_\_. *Antropología y gestión: Contribuciones al debate sobre el lugar de las ciencias antropológicas en el manejo del patrimonio cultural* (parte I). Buenos Aires: UBA - Facultad de Filosofía y Letras, 2012. p. 5-15.

GONZÁLES-RUIBALL, Alfredo. Arqueología simétrica: un giro teórico sin revolución paradigmática. *Complutum*. v. 18, p. 283-286, 2007.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 (Coleção Trans).

OLSEN, Bjørnar. Genealogías de la asimetría: por qué nos hemos olvidado de las cosas. *Complutum*. v. 18, p. 287-291, 2007.

POULIOS, Ioannis. Moviéndonos más allá de un enfoque basado en valores para la conservación del patrimonio. In: FERRARO, Lorena, et al. (org.). *Antropología y gestión: Contribuciones al debate sobre el lugar de las ciencias antropológicas en el manejo del patrimonio cultural* (parte I). Buenos Aires: UBA - Facultad de Filosofía y Letras, 2012. p. 17-41.